

#APROVACARREIRADO TRABALHOEMPREGO



Servidores administrativos do MTE seguem firmes na luta pela implementação da carreira

A tarefa do momento é envolver mais servidores e servidoras na luta pela reestruturação da carreira dos Servidores Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego. Isto se dá participando das assembleias, assinando o manifesto que dá visibilidade ao tema, contribuindo financeiramente para o custeio das iniciativas em prol das demandas específicas da categoria e demais atividades.

Esta foi a mensagem dos membros da Comissão de Negociação aos participantes da assembleia nacional, realizada em 07/02, via plataforma Zoom.

A assembleia contou com a participação de dirigentes do Sindsef-SP, Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho) e da CSP-Conluta, que saudaram a disposição de luta da categoria e fizeram uma breve análise da conjuntura que será enfrentada, além de trazer informes da reunião com o governo sobre a pauta geral do funcionalismo.

Acompanhando o chat (bate papo) da reunião, era evidente a grande expectativa por um reajuste salarial emergencial, após sete anos sem recomposição salarial. Outra cobrança dos servidores é pela equiparação do auxílio alimentação do executivo com o que já é pago no legislativo e judiciário, além de aumento da parte do governo no pagamento do plano de saúde.

O funcionalismo apresentou o índice emergencial de 26,94% de reajuste, que repõe somente as perdas produzidas pelos quatro anos de governo Bolsonaro, o qual jamais negociou com os servidores.

Ainda não há nenhuma contraproposta do governo. A próxima reunião sobre a pauta geral será no dia 16/02, com Sérgio Mendonça, representando o Ministério do Planejamento e Orçamento.

Sindsef-SP

Luis Genova, secretário geral do Sindsef-SP, parabenizou a disposição de luta, reiterou que os demais sindicatos e entidades também deveriam colocar suas estruturas à serviço da categoria e concluiu observando que metade do orçamento anual arrecada-

do pelo governo é destinado para o pagamento de juros da dívida pública beneficiando banqueiros e grandes empresários, verba que poderia ser usada para investir na valorização dos servidores públicos, em condições dignas de trabalho e em serviços públicos de qualidade à população, iniciativas que também atacam diretamente as desigualdades existentes no país.

CSP-Conlutas

Em sua saudação, Luis Carlos Prates, da CSP-Conlutas, destacou a importância de um processo de mobilização amplo e forte para impor a vontade dos trabalhadores, independente do governo de plantão. Foi ele quem entregou diretamente ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o manifesto que expõe a necessidade de criação do plano de carreira específico desses trabalhadores, que hoje estão lotados na carreira da Saúde, Previdência e Trabalho, em desvio de função, sofrendo assédio moral institucional.

Esse pode ser um importante instrumento para dar visibilidade as reivindicações da categoria. Na assembleia foi apresentado um levantamento, com informações extraídas do Painel Estatístico de Pessoal, onde constam 3.793 servidores ativos e 6.794 aposentados e pensionistas. Portanto, é necessário divulgar e assinar o documento (<https://manifesto.aprovacarreiradotrabalho.org/>).

Sinait

Bob Machado, presidente do Sinait, destacou que a entidade apoia a luta dos servidores administrativos e falou da importância da unidade para fortalecer as justas reivindicações dos administrativos. Falou da importância da reabertura da mesa permanente de negociação, mas fez coros com as falas que o antecederam reforçando que somente com mobilização será possível conquistar efetivas transformações para combater as desigualdades existentes no funcionalismo e na sociedade como um todo.

Carlos Fernando, vice-presidente do Sinait, comentou sobre as expectativas com esse novo momento que se dá retomada das negociações com a cúpula econômica do governo responsável por tratar da demanda emergencial do funcionalismo. Além disso, reforçou o apoio do Sinait na luta dos servidores administrativos pelo reconhecimento do trabalho que realizam.

Fenasps

A Federação não conseguiu participar da assembleia devido estar realizando reunião no mesmo dia e horário.

ALTERAÇÕES NA PROPOSTA DE CARREIRA

Esse ponto ficou a cargo dos servidores Rogério Expedito e Leandro, que trouxeram importantes contribuições para embasar as justas reivindicações pela aprovação de um plano de carreira específico.

Rogério iniciou fazendo uma análise histórica e política desse processo de luta, resgatando que é uma dívida antiga do presidente Lula com a categoria e que o momento é propício à cobrança.

Na sequência Leandro apresentou dados contextualizando a situação dos administrativos, demonstrando efetivamente onde e como ocorrem os desvios de função e o que pode ser considerado assédio Institucional.

O objetivo foi demonstrar as mudanças nas atribuições dos administrativos no decorrer dos anos, o grau de complexidade que exige cada vez mais conhecimento desses trabalhadores. A remuneração não acompanhou o aumento da responsabilidade.

Pensando na valorização dos servidores, a proposta de carreira inclui o índice emergencial de reajuste pleiteado pelo Fonasefe (26,94%), com isso a tabela salarial passa a ter previsão de:

Nível médio	
Inicial	Final
R\$ 6.005,56	R\$11.556,04
Nível superior	
Inicial	Final
R\$ 7.927,76	R\$16.744,93

Após votação e aprovação na assembleia, a proposta que será apresentada ao governo abrange:

- Servidores administrativos de nível superior, intermediário e auxiliares, ativos aposentados e pensionistas do MTE, além de, aproximadamente, 600 servidores do Ministério da Previdência que estão na carreira da de Trabalho e Previdência;
- Correção das tabelas salariais e pontos da gratificação

de desempenho, considerando o índice pleiteado de reajuste emergencial (27%);

- Alteração nas atribuições dos Analista do Trabalho e Previdência e Técnico do Trabalho e Previdência.

ASSÉDIO INSTITUCIONAL

César Lignelli, advogado do Sindsef-SP, fez uma breve explanação buscando diferenciar o assédio moral clássico, que pode ser considerado como um projeto de poder de uma chefia sobre seu subordinado; do assédio institucional, que está mais relacionado a uma prática de desconstrução do Estado que garante a população um rol de serviços públicos.

O advogado usa como exemplo, o ataque a direitos básicos, a desconstrução deliberada das instituições e políticas e a resistência dos servidores na luta pelo cumprimento de suas atribuições no órgão. O objetivo do assédio institucional é impactar negativamente o funcionamento dos órgãos públicos e o que ele entrega de política pública.

Contextualizando a intervenção de Lignelli, fica mais evidente que os servidores do MTE são constantemente expostos a essa dinâmica de destruição do serviço público, como método de assédio institucional.

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

Na sequência, os participantes da assembleia também aprovaram adequações na pauta, que passa a ser a seguinte:

- 1 – Cumprimento dos acordos de greve de 2009, 2010, 2012, 2015 e 2022;
- 2 – Implantação do Plano de Carreira (com as alterações aprovadas nesta assembleia);
- 3 – Recriação do GPCOT democrático e participativo para tratamento e aprovação dos seguintes pontos:
 - a) Condições de trabalho (carga horária, pontos, materiais)
 - b) Trabalho remoto (teletrabalho e plano de gestão)
 - c) Reestruturação das superintendências
 - d) Realização de concurso público
 - e) Anistia das greves de 2009, 2010, 2012, 2015 e 2022
- 4 - Slogans para as campanhas de visibilidade ao movimento
 - Pelo Fim do Assédio Moral Institucional
 - Pelo fim do desvio de Função
 - Aprova carreira do trabalho
 - Pela valorização dos servidores administrativos do MTE.